

Uma situação delicada

O MINISTRO Mario Andreazza, do Interior, deu a resposta e tomou a atitude de há muito reclamada por nossos foros de país livre e responsável pelos problemas que são nossos e para os quais se devem voltar os nossos cuidados, a nossa opinião e as nossas soluções.

TRATA-SE do veto formal à presença de antropólogos estrangeiros que se dispunham a participar das frentes de trabalho das obras de asfaltamento da rodovia Cuiabá-Porto Velho. A presença desses estrangeiros teria a finalidade de acompanhar os serviços, com vistas ao relacionamento com os índios Cinta-Largas, Suruí, Nambiquara e outros. Assunto, como se vê, para o qual o Brasil possui pessoal altamente qualificado, com excesso de especialistas no setor.

NÃO É DE HOJE que um grupo de antropólogos domina politicamente as platéias mundiais, onde o assunto preferencial é o índio. Existem alguns deles que já foram afastados do convívio com os nossos silvícolas, sobretudo nas áreas de fronteira, desde que não apresentavam razões suficientes para tanto serviço e para permanências tão prolongadas...

TIRANTE esse aspecto delicado da questão, que o ex-ministro Rangel Reis enquadrou com muita propriedade, proibindo a interferência de alienígenas nas áreas demarcatórias internacionais, o fato inconteste é que essa dúzia é meia de

sacripantas necessitam, antes de mais nada, garantir os seus empregos, justificando as milionárias subvenções que recebem.

E POR DEFENDEREM o não de cada dia não hesitam em lançar mãos de todos os meios, indo até à calúnia e à mentira, criando situações incômodas e constrangimentos internacionais.

SÃO CONHECIDOS em todas as assembléias onde se discutem temas e teses ligados ao índio; são grosseiros, abelhudos e não se arreceiam de usar a imaginação para sustentarem projetos que lhes dão sustentação.

O PROBLEMA do índio brasileiro vem merecendo de parte das nossas autoridades governamentais, principalmente a partir de 1964, uma atenção toda especial, com redobrados cuidados.

AO INSTALAR-SE o governo Costa e Silva, o ministério do Interior deparou com uma estrutura arcaica no Serviço de Proteção aos Índios, de triste memória.

TRANSFERIDO do Ministério da Agricultura para a jurisdição do Minter, aquele órgão sofreu uma devassa, cujos resultados levaram inclusive um ex-dirigente à prisão administrativa e dezenas de servidores à demissão.

A ETAPA seguinte foi a estruturação da Fundação Nacional do Índio, criada como entidade de direito público, descentralizada e com autonomia administrativa e financeira para cuidar do nosso índio.

O TRABALHO que a FUNAI vem realizando, embora significativo, em termos de conscientização dos problemas do índio, não conseguiu ganhar as dimensões desejadas e que constituem objeto de um esforço considerável, marca comum de todos os seus dirigentes, tanto os atuais quanto os que os antecederam.

O ÍNDIO brasileiro não vai às mil maravilhas, porquanto a situação geral do povo também ainda não alcançou os estágios desejados e ansiados por todos.

FAZ-SE O POSSÍVEL aqui para dar aos mais antigos habitantes do Brasil o apoio e a atenção que merecem, mobilizando-se a estrutura da FUNAI, por todos os seus servidores, para realizar um trabalho sério e ordenado. Uma atitude permanente de desvelo que prescinde, por inteiro, de quaisquer vigilâncias externas, principalmente vinda do exterior.

A INFELIZ IDÉIA do Banco Interamericano de Desenvolvimento, solicitando a presença de antropólogos estrangeiros, em serviços internos, com segurança, deve ter sido gerada nos canais tecnocratas daquele estabelecimento, por força do lobismo desses antropólogos que, antes da sobrevivência do índio, pensam e cuidam da própria.

AGIU COM PROPRIEDADE e serenidade firme e decidida o ministro Mario Andreazza, opondo-se a uma exigência de todo descabida.